

LDO provoca dúvida entre parlamentares

A confusão geral começou logo na manhã de ontem, quando líderes dos partidos reuniram-se para tentar um acordo na votação do projeto dos salários, apresentado pela oposição, e a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias.

“Se o Congresso não votar a LDO até amanhã (hoje), o projeto vai à sanção do presidente da República”, alegou na reunião Henrique Hargreaves, assessor da liderança do PFL e principal especialista do Congresso em regimento parlamentar.

Num estudo minucioso da Constituição, Hargreaves chegaria à conclusão de que, fazendo um jogo entre alguns dispositivos, poderia criar a tese de que a LDO, não sendo votada até o último dia de um semestre parlamentar — como hoje —, é automaticamente devolvida ao presidente da República para que a transforme em lei. “Não é possível”, constatou o advogado Ibsen Pinheiro (RS), líder do PMDB.

POLÉMICA

No entanto, a dúvida ficou. Durante o resto do dia, os líderes do Governo trabalharam em cima da tese de Hargreaves, procurando convencer a oposição a votar prioritariamente à LDO e deixar a questão salarial para outra oportunidade — como convém ao Governo, que não deseja o projeto oposicionista sobre os salários.

Nessa confusão, ainda não há certeza no Congresso sobre o que acontecerá com a LDO, se não for votada. Se depender do presidente do Senado, Nélson Carneiro (PMDB/RJ), o Congresso pode tentar reunir-se todos os dias, durante julho, para votar a lei. Mas é certo que terá dificuldades para reunir os parlamentares suficientes.

PLANTÃO

Enquanto persiste essa dúvida, a oposição fica também em sistema de plantão em Brasília para ver o que acontece com o projeto salarial, aprovado ontem pela Câmara. Se o Senado aprovar-lo como fez a Câmara, vai à sanção do presidente Collor, que o vetará. Se o Senado mudar o texto, volta à Câmara, que não terá número para reapreciá-lo. Enfim, se o Senado não votá-lo, a questão paralisa-se — como a deseja o Governo.